

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ECONOMIA**

RAMON DA SILVA DOS SANTOS

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE ENTRE INTERESSE NACIONAL E
COLETIVO NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

CRICIÚMA/SC

2016

RAMON DA SILVA DOS SANTOS

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE ENTRE INTERESSE NACIONAL E
COLETIVO NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Graduação no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Alcides Goularti Filho

CRICIÚMA/SC

2016

RAMON DA SILVA DOS SANTOS

**BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE ENTRE INTERESSE NACIONAL E
COLETIVO NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Graduação no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Economia Internacional.

Criciúma, 07 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alcides Goularti Filho - Doutor - (Unesc) - Orientador

Prof. Sandro Eduardo Grisa -Mestre - (Unesc)

Talita Alves de Messias - Mestre - (Unisinos)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Pedro e Zuleide, por me fazerem entender o significado de amor incondicional, por me ensinarem o valor da educação e me mostrarem que é possível conquistar todos os meus objetivos, com muita dedicação. Aos meus irmãos, Daiane e Adelino, por estarem sempre ao meu lado, por todo o apoio que me deram durante toda minha vida e por serem exemplos aos quais eu sempre me espelhei.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Alcides Goularti Filho por toda ajuda durante o trabalho e pelo brilhante professor que se mostrou durante as aulas, por ser parte importante da minha formação acadêmica.

Sou grato aos meus colegas pela nossa trajetória, em especial à Luiza Cancellier, por me ajudar nos momentos mais difíceis da vida acadêmica, por nunca me deixar desistir ou desanimar. Serei eternamente grato por todas as conversas, por entender as minhas dificuldades e estar ao meu lado. À Marianni Duarte Geremias, muito obrigado por todo o carinho, por ser uma amiga a qual quero levar por toda a minha vida.

Por fim, agradeço à Marjori Luciano por ser uma das pessoas mais importantes que já passaram pela minha vida, por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, assim como, nos mais felizes. Independente das nossas trajetórias, terá sempre a minha gratidão, amizade e amor.

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas”

John Maynard Keynes

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma relação entre Interesse Nacional e Coletivo do Brasil e Argentina no âmbito do MERCOSUL. Por meio da pesquisa documental e bibliográfica, pretendeu-se apresentar de que forma ocorreu essa relação no período de 1991 - 2014, por intermédio da descrição das políticas desenvolvidas nesse período, a contextualização histórica da união aduaneira, um estudo da economia dos Estados Parte, assim como da União Europeia. As medidas tomadas pelos dois países, sobretudo pelo Brasil, têm grande impacto em todos as nações sul-americanas. O MERCOSUL, como uma união aduaneira, foi criado para promover uma integração entre os países sul-americanos. Entretanto, verifica-se, em determinados períodos, certa desaceleração do processo, provocada pela preferência ou interesse nacional de cada país. O trabalho pretendeu mostrar de que forma ocorre e o que motiva a preferência pelo interesse nacional em detrimento do interesse comum dentro de uma união aduaneira.

Palavras-chave: MERCOSUL. Brasil. Argentina. Interesse Nacional. Interesse Coletivo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB a Preço de Mercado em Valor Nominal (US\$ em bilhões) – (1991-2014)	35
Gráfico 2 - PIB per capita (US\$ atualizados) – (1990-2014)	36
Gráfico 3 - Intercâmbio Comercial Brasil e Argentina (US\$ FOB em milhões) – 2000-2015	37
Gráfico 4 - Relação entre Exportação e Importação por US\$ (FOB) – (2000-2015) .	38
Gráfico 5 - Saldo da Balança Comercial Brasileira (FOB) - US\$ (Milhões) - (1991-2011)	39
Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial Argentina (Milhões US\$) – (1990-2011)	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Aliança do Pacífico
BCB	Banco Central do Brasil
CE	Comunidade Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CMC	Conselho do Mercado Comum
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
CRPM	Representantes Permanentes do MERCOSUL
EUA	Estados Unidos da América
EURATOM	Comunidade Europeia de Energia Atômica
FAF	Fundo de Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FPTur	Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL
GMC	Grupo Mercado Comum
IPPDH	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEAS	Plano Estratégico de Ação Social
PIB	Produto Interno Bruto
RET	Reunião Especializada de Turismo
SACU	South African Customs Union
SICE	Sistema de Informação de Comércio Exterior
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
TEC	Tarifa Externa Comum
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
UPS	Unidade de Apoio à Participação Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MERCOSUL: HISTÓRICO E POLÍTICAS ECONÔMICAS	11
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCOSUL: HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO	11
2.1.2 Apresentação dos estados partes	13
2.2 POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MERCOSUL	14
2.3 MERCOSUL: ALGUMAS CRITICAS	24
2.4 UNIÃO EUROPÉIA	26
3 BRASIL E ARGENTINA	29
3.1 PROTECIONISMO E NACIONALISMO	29
3.2 INTERESSE NACIONAL E COLETIVO NO ÂMBITO DO MERCOSUL	31
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Passaram-se mais de duas décadas desde a criação do MERCOSUL, no ano de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelas Repúblicas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O bloco enfrentou algumas dificuldades na estruturação e forma de representar os referidos países como uma unidade, pois cada um enfrentava uma realidade diferente e com necessidades diferentes. Esse bloco surgiu como forma de integração e desenvolvimento dos países integrantes, bem como uma forma de se tornarem mais fortes perante o mercado internacional.

O MERCOSUL vai além de um bloco de relações comerciais, busca diminuir as divergências econômicas e sociais entre os países e para este fim desenvolve políticas comerciais e econômicas. Segundo Ruy Pereira (2014), o MERCOSUL é a mais exitosa e abrangente iniciativa de integração que já se criou na região.

O tema do trabalho é, “Brasil e Argentina: Uma análise entre interesse nacional e interesse coletivo, no âmbito do MERCOSUL”, o problema é mostrar de que forma se deu a relação entre interesse nacional e interesse coletivo no Brasil e na Argentina, no âmbito do MERCOSUL entre os anos de 1991 a 2014. Pretendeu-se analisar a relação entre interesse nacional e interesse coletivo do Brasil e da Argentina, no âmbito do MERCOSUL. Para se alcançar os objetivos, foi apresentado uma contextualização do bloco, um levantamento das políticas adotadas no período de 1991 a 2014, apresentação dos Estados Parte, a apresentação do conceito de Protecionismo e Nacionalismo, a contextualização do Neoliberalismo e o Social Desenvolvimentismo entre o período de 1991 a 2014 e analisar a balança comercial brasileira e argentina.

A pesquisa reuniu documentos disponíveis em sites como o do Banco Central do Brasil (BCB), Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE), MERCOSUL, entre outros. Para Gil (2002, p.45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Apresentou-se uma pesquisa sobre a história e a contextualização da união, a economia dos Estados Partes e algumas críticas ao MERCOSUL, bem como as políticas desenvolvidas no período de 1991 a 2014, para que se fosse possível a análise entre Brasil e Argentina dentro um cenário econômico e social, assim como foi apresentado uma descrição da União Europeia e alguns conceitos, como

Protecionismo e Nacionalismo, para formar uma base para a análise entre o Interesse Nacional e o Interesse Coletivo do Brasil e da Argentina.

Atualmente todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, seja como Estado parte, ou, como Estado associado. Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e recentemente Bolívia são Estados parte do bloco. Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname são Estados associados.

Segundo informações disponíveis na página brasileira do MERCOSUL, o bloco econômico tem por objetivo “consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecer os vínculos entre os cidadãos do bloco e contribuir para melhorar sua qualidade de vida”. Deste modo, é necessário verificar em que ponto o interesse nacional é mais importante que a integração.

Ainda, segundo dados disponíveis pela página brasileira do MERCOSUL, O bloco responde por 71,8% do território da América do Sul (12.789.558 km²), além de somar uma população superior a 275 milhões de habitantes, esse número corresponde a 69,78% da população sul americana.

Mesmo em uma união aduaneira, em certos momentos o interesse nacional se sobressai ao interesse coletivo, por esse motivo, é necessário um estudo para se verificar em quais momentos houve um maior interesse nacional no Brasil e na Argentina, visto que esses dois países representam as maiores economias do bloco.

2 MERCOSUL: HISTÓRICO E POLÍTICAS ECONÔMICAS

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCOSUL: HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O MERCOSUL foi criado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai, e contou inicialmente com a participação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Embora tenha sido criado, apenas, em 1991, segundo Renato Baumann (2000), nas décadas de 1960 e início de 1970 já se apresentava um movimento para o estabelecimento de uma tarifa comum entre os países da América Latina. Entretanto, a segunda metade da década de 1970 representou um hiato entre as expectativas e as realizações, o que resultou em frustração. Durante esse período, os países estavam sofrendo com crises da dívida externa e se voltaram para um enfoque mais cauteloso com acordos bilaterais parciais e deixaram de lado as suas metas originais. Durante a década de 1990, a cooperação passou a ser vista como uma ferramenta para o desenvolvimento dos países, as políticas comerciais e de industrialização sofreram uma transformação.

O objetivo principal do Tratado de Assunção era criar uma zona de livre circulação de mercadorias, bens e fatores de produção e dessa forma possibilitar a integração entre os países membros. Segundo Baumann (2000, p.2):

O Tratado tinha como objetivos: a) promover uma inserção mais competitiva das economias dos 4 países no cenário internacional; b) favorecer economias de escala, e, portanto, aumento de produtividade; c) estimular fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando mais atraentes os investimentos na região; d) promover esforços de abertura das economias dos 4 países; e) balizar as ações do setor privado, principais motores do processo de integração.

Além disso, buscava-se o estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC), resolver diferenças nas legislações nas áreas pertinentes, uma política comercial comum, além de políticas macroeconômicas e setoriais. A TEC se tornou um desafio durante a constituição dos acordos do bloco, isso porque não havia um modelo que estivesse adequado à realidade e a disparidade entre os países da América do Sul. Uma das referências analisadas foi a vigente na União Europeia, criada no Tratado

de Roma em que a alíquota comum de cada produto era igual a média aritmética da alíquota vigente em cada país, porém, verificou-se que esse cálculo não fazia sentido para a estrutura dos países integrantes do MERCOSUL.

No final de 1993, a TEC já estava definida para a maioria dos produtos, mas de acordo com Baumann (2000), o exercício de fato ocorreu em 1994. Um dos obstáculos para a definição dessa tarifa foi a resistência da Argentina, que passava por um momento de instabilidade e desequilíbrio externo no período de 1992 e 1993, durante o mandato do então presidente Carlos Menem. Nesse período a Argentina passou a ter relações muito próximas com o EUA, teve aplicação literal do Consenso de Washington, abertura econômica, redução do Estado, entre outras medidas que agravavam a situação argentina. Segundo Renato Baumann (2000, p.7):

Na IV Reunião do Conselho do Mercado Comum (05/08/94) os presidentes concordaram com: i) uma tarifa externa comum para um conjunto de posições tarifárias que representam 85% da nomenclatura tarifária do Mercosul (a proteção nominal passaria de 19% a uma média próxima a 11% em 1995); ii) de um total de 8753 posições da nomenclatura comum, em 4771 posições (51,5%) a proteção foi reduzida em 715 posições (8,2%) houve um aumento de proteção e em 503 posições (5,7%) o grau de proteção não se modifica.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, em dezembro de 1994, foi assinado o Tratado de Ouro Preto¹, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, que apresenta a configuração atual do MERCOSUL. Nesse tratado foi definida a estrutura jurídico-institucional do bloco, que entrou em vigor a partir de janeiro de 1995.

A sede Administrativa do MERCOSUL está localizada em Montevideu, capital do Uruguai e teve sua inauguração no dia 15/12/1997, sob o nome de “Edifício MERCOSUL”. Atualmente, todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, sejam como Estado parte ou associados. Em 1996, o Chile entrou como associado ao bloco, seguido por Peru, em 2003, e Colômbia e Equador, em 2006. Em 2013, Guiana e Suriname tornaram-se Estados Associados. No ano de 2012 o grupo passou pela sua primeira ampliação, com a entrada definitiva da Venezuela com Estado parte (tornando-se o quinto membro do bloco). Durante o ano de 2015, o grupo negociava a entrada da Bolívia definitivamente como Estado Parte.

¹ Mais informações em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198146244.pdf. Acesso em: 13 jun. 2016.

2.1.2 Apresentação dos estados partes

O MERCOSUL foi criado pela união de quatro países, sendo: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Durante a XLVIII (48º) Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados² (2015), foram apresentados alguns dados referente à formação atual, populacional, econômica e territorial dos Estados Partes. Somada, a população do MERCOSUL chega a 285,5 milhões de habitantes, o seu território de 12.789.558 km², que segundo Relatório da XLVIII Cúpula é cerca de três vezes o território da União Europeia. O PIB nominal dos países combinado chega a US\$3,18 trilhões e, ainda segundo o Relatório, o bloco seria a quinta economia do mundo se considerado uma unidade.

A Argentina possui uma extensão territorial de 2.791.810 km², conta com 42 milhões de habitantes (2015) e o PIB de US\$543 bilhões. O PIB per capita é de US\$12.645 (2014).

O Brasil é o país com maior extensão territorial, população e PIB dos países membros do MERCOSUL. A sua população é cerca de 204 milhões de habitantes (2015), com um território de 8.515.767,049 km². O PIB brasileiro é de US\$2.346 bilhões e seu PIB per capita é de US\$11.387 (2014), menor quando comparado ao da Argentina e maior que a média apresentada pelo grupo. Dos Estados Partes, o Paraguai é o país com menor PIB e menor PIB per capita, sendo respectivamente US\$29,7 bilhões e US\$4.305. O país apresenta uma população de 6,6 milhões de habitantes (2015) e uma extensão territorial de 406.750 km².

O Uruguai possui o menor território, 176.220 km² e a menor população, 3,4 milhões de habitantes (2015), comparado aos demais países integrantes do MERCOSUL. Entretanto, apresenta o maior PIB per capita, cerca de US\$16.199, valor bem superior ao do bloco (US\$10.348) e o seu PIB é de US\$55,1 bilhões.

Na primeira ampliação do bloco, a Venezuela se tornou o quinto membro do MERCOSUL, em 2012. O país possui 31 milhões de habitantes (2015) e um território

² Mais informações em: www.itamaraty.gov.br/images/documents/Documentos/Fact_Sheet_Mercosul_Portugues.pdf. Acesso em: 31 out. 2015.

de 912.050 km². Seu PIB é de US\$ 509 bilhões e o PIB per capita de US\$ 16.615 (2014).

2.2 POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MERCOSUL

Entre o período de 26/03/1991, com assinatura do Tratado de Assunção, até o dia 17/12/2014 foram promovidos 49 atos que resultaram em assinatura de acordos, protocolos, criação de associações, entre outros. No dia 26/03/1991, foi assinado o Tratado de Assunção, como já mencionado. O objetivo do Tratado³ é promover a integração dos países do Sul e uma das metas, segundo o documento assinado pelas quatro Repúblicas propõe “a livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países [...]” (MERCOSUL, 1991, p. 01)

Em 19/09/1991, ocorreu a criação da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC), por iniciativa de deputados e parlamentares dos Estados Parte. De acordo com o documento oficial⁴, a CPC promove acordos do MERCOSUL com outros blocos de integração (como a União Europeia), ou países (MERCOSUL, 2005). Foi firmado o Acordo de Complementação Econômica n° 18 no dia 26/11/1991 que reafirma a plena vigência do Tratado de Assunção. No dia 17/12/1991, foi assinado o Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias. Segundo o documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior⁵ (1991, p.02):

Artigo 4

1. Se mediante negociações diretas não se alcançar um acordo ou se a controvérsia for solucionada apenas parcialmente, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá submetê-la à consideração do Grupo Mercado Comum.
2. O Grupo Mercado Comum avaliará a situação, dando oportunidade às partes na controvérsia para que exponham suas respectivas posições e requerendo, quando considere necessário, o assessoramento de especialistas selecionados da lista referida no Artigo 30 do presente Protocolo.

³ Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf. Acesso: 16 nov. 2015.

⁴ Disponível em:

http://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2005/P2_K_COMIS_PARLAM_CONJ_MERCOSUL.pdf. Acesso: 17 nov. 2015.

⁵ Mais Informações em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198146219.pdf. Acesso em: 13 de jun. 2016.

3. As despesas relativas a esse assessoramento serão custeadas em montantes iguais pelos Estados partes na controvérsia ou na proporção que o Grupo Mercado Comum determinar.

Artigo 5

Ao término deste procedimento o Grupo Mercado Comum formulará recomendações aos Estados partes na controvérsia, visando à solução do diferendo.

Artigo 6

O procedimento descrito no presente capítulo não poderá estender-se por um prazo superior a trinta (30) dias, a partir da data em que foi submetida a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum.

O protocolo promovia soluções temporárias. Os particulares poderiam reclamar em caso de danos, ou prejuízos, deste modo, após investigações, poderiam ser tomadas medidas corretivas para esses eventuais problemas.

Em 05/08/1994, foi aprovada a Tarifa Externa Comum (TEC), a serem aplicadas a importações de outros países fora do bloco a partir de 01/01/1995, de acordo com a página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior⁶ (2016). No mesmo dia, foi criada a Comissão de Comércio do MERCOSUL, que segundo a Dec. N° 9 de 1994, disponibilizado pela página oficial do Ministério do Desenvolvimento⁷, Indústria e Comércio Exterior, tem como finalidade velar pela aplicação de instrumentos de políticas comerciais, bem como acompanhar e revisar assuntos relacionados a políticas comerciais (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2016).

A assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 17/12/1994, definiu as bases jurídico-institucional do bloco. A partir dessa estrutura, o grupo pôde firmar acordos e de forma unificada com outros blocos de integração ou países. Em 24/07/1998, foi aprovado o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile. Segundo o Artigo 8 do Protocolo, disponibilizado pelo Ministério das Relações Exteriores (2002), “é parte integrante do tratado de Assunção e de Acordos de Integração celebrados entre o MERCOSUL e a República da Bolívia e entre o MERCOSUL com a República do Chile. ”

⁶ Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>. Acesso em: 23 nov. 2015.

⁷ Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3891>. Acesso: 27 out. 2015.

O Protocolo de Olivos, assinado em 18/02/2002, cria o Tribunal Permanente de Revisão (TPR). Durante os anos que se seguiram após a criação do MERCOSUL, viu-se a necessidade de encontrar soluções para controvérsias e foi esse o motivo que levou a assinatura de Olivos. De acordo com Eduardo Biacchi Gomes (2003, p.06.):

Com o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias espera-se um maior desenvolvimento da integração. Sem dúvida o estabelecimento de procedimentos e regras mais claras contribuirão para o sucesso do sistema e na convergência dos interesses dos Estados-partes. A adoção do Protocolo de Olivos, ainda que provisório, mostra a vontade dos parceiros do bloco em continuar com o processo de integração e os seus objetivos.

O protocolo demonstra a vontade dos Estados Partes em aperfeiçoar o bloco e solucionar problemas para uma melhor integração comercial, econômica e social. Ele entrou em vigor no dia 01/01/2004.

Em 06/10/2003, ocorreu a criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) como um órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC). De acordo com o CMC Dec. N° 11/03⁸, dentre as competências da CRPM, pode-se citar: assistir a CMC e a presidência do período em todas as atividades em que for requerida por eles, apresentar iniciativas ao Conselho sobre matérias referentes ao processo de integração e negociações externas, fortalecer relações econômicas sociais e parlamentares no MERCOSUL, entre outras, (CONSELHO DO MERCADO COMUM, 2003).

O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) teve a sua criação no dia 16/12/2004, com o primeiro orçamento aprovado em 15/11/2006 e aprovados os primeiros projetos pilotos no dia 18/01/2007. O FOCEM foi criado como um fundo para promover o desenvolvimento estrutural dos países integrantes e diminuir as assimetrias entre eles. O Fundo apresenta uma vocação solidária, pois os montantes arrecadados são totalmente doados pelos países integrantes. Segundo Ruy Pereira (2014, p. 23):

Trata-se de mecanismo único na região, já que seus aportes financeiros são integralmente doados. E financiam projetos que promova a convergência estrutural, a competitividade ou a coesão social, em particular das economias menores e das regiões menos desenvolvidas, ou que apoiem o

⁸ Disponível em:

http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_011_003_Com%20Repres%20Permanentes%20do%20Mercosul_At01_03%20Ext.PDF. Acesso: 27out. 2015.

funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração intraMercosul.

No dia 07/12/2005, entrou em vigor o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, que de acordo com o documento disponibilizado pela página oficial do Banco Central do Brasil⁹, organiza e estabelece a forma como produtos e serviços de setores como telecomunicações, serviços jurídicos, recursos humanos, agências de viagens e operadores de serviços, entre outros, são fornecidos na relação entre os países integrantes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

Em 19/12/2005, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL que teve a sua sessão inaugural em 14/12/2006. Segundo a página do Banco Central do Brasil¹⁰, Parlamento foi criado para representar o povo de cada país individualmente e para fazer parte da estrutura institucional do MERCOSUL (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005). No dia 07/05/2007, ocorreu a sessão de instalação do Parlamento em Montevideu.

Em 2006, mais precisamente no dia 24/05, o grupo teve a sua primeira ampliação com a entrada da Venezuela e foi assinado o protocolo de adesão, em que todos os Estados Partes acordaram com a entrada do novo membro e este aceitou os termos estabelecidos no Tratado de Assunção, Protocolo de Olivos, bem como a todos os acordos assinados anteriormente, como consta no documento disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹¹. O Protocolo entrou em vigor no dia 12/08/2012.

O Instituto Social do MERCOSUL foi criado em 18/01/2007. Segundo a Dec. N°03/07¹² do Conselho Mercado Comum, foi criado visto a necessidade de avançar no âmbito social, que a colaboração entre os países é necessária para que se alcancem avanços sociais e desenvolvimento dos países.

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) é uma forma de exportar e importar produtos entre os países integrantes do sistema, com pagamento em moedas locais. De acordo com o Banco Central do Brasil, “o SML é um sistema de pagamentos informatizado que permite a remetentes e destinatários, nos países que

⁹ Disponível em: http://www.bcb.gov.br/rex/sgt4/ftp/list_brasil_r6.pdf. Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/rex/sgt4/Ftp/CD%20Fluxograma/Tratados%20e%20Protocolos/Protocolo%20do%20Parlamento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

¹¹ Disponível: www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1377717219.pdf. Acesso em: 30 out. 2015.

¹² Disponível em: www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0307p.pdf. Acesso em: 30 out. 2015.

integram o sistema, fazer e receber pagamentos referentes a transações comerciais em suas respectivas moedas. ”¹³

Em 15/12/2008 foi criado o Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF), aprovado o Estatuto do “Fundo MERCOSUL de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas” (Fundo Pymes) e aprovado o Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU.

De acordo com o estabelecido no artigo 1º da Decisão¹⁴, número 45/08, do Conselho do Mercado Comum (CMC), o Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF) tem a finalidade de "fortalecer as políticas públicas diferenciadas dirigidas à agricultura familiar no Mercosul". A Decisão¹⁵ N° 41/08 da CMC criou o Fundo de Garantias para as micro, pequenas e médias empresas e segundo a Decisão N° 17/12 que criou a estrutura do Fundo, "ele busca estimular a complementaridade produtiva do MERCOSUL, contribuindo para o incremento da competitividade dos distintos setores econômicos dos Estados Partes." As negociações do MERCOSUL com a República da África do Sul se iniciaram em julho de 2000 e visava à criação de uma área de livre comércio e maior cooperação econômica e de investimentos entre o bloco e a República. Mais tarde em 2003, segundo o relatório¹⁶ do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as negociações passaram a envolver a South African Customs Union (SACU), que é uma união aduaneira formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. Em 15/12/2008, foi aprovado o Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU. Essas negociações contemplaram setores como o agrícola, pesqueiro, têxtil e vestuário, aparelhos de ótica, autopeças, plásticos e suas obras, químicos, siderúrgicos, eletro-eletrônico, entre outros.

Em 01/06/2009, entrou em vigor o Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia. De acordo com o relatório do Acordo, disponibilizado pelo Sistema de Informação de Comércio Exterior¹⁷ (sice.oas.org), tratava-se do primeiro

¹³ Disponível em: www.bcb.gov.br/rex/sml/4-perguntas_frequentes.asp#Resposta. Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁴ Disponível em: www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_017_2012_p.pdf. Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁵ Disponível em: www.reafmercosul.org/index.php/acerca-de/biblioteca/marco-legal/item/download/45_64d14a0d62ffaac662f689da7fa51e87. Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁶ Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2339. Acesso em: 31 out. 2015.

¹⁷ Disponível em: www.sice.oas.org/trade/MRCSRIndia/ACP_p.asp#Capítulo_I. Acesso: 01 nov. 2015.

passo para estabelecer uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Índia. Segundo a página oficial da embaixada da Índia no Brasil¹⁸, o país possui um território de 3.287.263 m² e a população indiana em 2011 era de 1.210.193.422 habitantes, isso representa um grande mercado potencial.

A Agenda Internacional brasileira de 2010¹⁹ apresenta alguns dados referentes às negociações entre Brasil e Coréia do Sul. No dia 24/07/2009, foi assinado o “Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e a República da Coreia”²⁰. De acordo com o relatório da Agenda Internacional²¹, para o Brasil, a Coréia já era um importante mercado para as exportações brasileiras, visto que 8,84% dos produtos minerais brasileiros em 2006 eram exportados para a Coréia do Sul. Deste modo, o país tem grande potencial para negociações com o bloco.

Em 24/07/2009, foi criado o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), visto a necessidade de se avançar no âmbito dos direitos humanos. Segundo o site oficial do IPPDH do MERCOSUL, dentre as funções do instituto, está a coordenação de políticas públicas no âmbito dos direitos humanos num domínio regional, isso significa que (2015):

Coopera e oferece assessoramento aos órgãos e às instâncias do MERCOSUL em matéria de direitos humanos, promove com eles espaços de reflexão e diálogo, e contribui para o fortalecimento da gestão de sistemas de informação regionais.²²

No dia 07/12/2009, foi criado o Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur). A DEC. N° 24/09 do CMC define a criação do Fundo, que de acordo com o Art. 1º, tem o objetivo de promover em terceiros países o turismo para o MERCOSUL. O Fundo foi constituído com contribuições anuais dos Estados Partes e com a renda gerada pelo próprio Fundo. de acordo com o Art. 10 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009):

¹⁸ Disponível em: www.indianembassy.org.br. Acesso em: 01 nov. 2015.

¹⁹ Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/comercio-externo/arquivos/Consolidado.pdf . Acesso em: 01 nov. 2015.

²⁰ Cronologia disponível em: www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercosul#CRONO . Acesso em: 01 nov. 2015.

²¹ Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/comercio-externo/arquivos/Consolidado.pdf. Acesso: 01 nov. 2015.

²² Disponível em: www.ippdh.mercosur.int/pt-br/funciones-pt/. Acesso em: 01 nov. 2015.

A RET utilizará os recursos do Fundo para instrumentar ações visando promover o turismo do MERCOSUL em países extrazona. Este objetivo poderá se desenvolver mediante a participação conjunta em eventos turísticos internacionais reconhecidos, a instalação de escritórios regionais de promoção e fomento que permitam aumentar o fluxo de turistas para o MERCOSUL ou outras ações consideradas convenientes.

Foi definido ainda que o FPTur tenha funcionamento no prazo de cinco anos a partir da primeira contribuição feita pelos Estados Partes, após esse período o CMC, com a análise prévia da RET avaliará o cumprimento dos objetivos do Fundo e se deve dar continuidade das suas atividades, como consta no Art. 12.

Em 23/12/2009, entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel. De acordo com a Res. N° 29/06 do Grupo Mercado Comum (GMC), o bloco considera que é necessário estabelecer uma forma de administrar e distribuir as quotas outorgadas por Israel ao MERCOSUL para serem aplicadas às exportações de produtos originários do MERCOSUL apoiado pelo Acordo de Livre Comércio que se estabeleceu entre as partes (MERCOSUL, 2009).

De acordo com o relatório disponibilizado pela SP Chamber, que é um órgão da Associação Comercial de São Paulo, que atua na promoção na relação comercial de empresas brasileira com o resto do mundo, o acordo com Israel tem como objetivo (2015):

Eliminar as barreiras ao comércio entre os territórios das partes, promover condições de livre concorrência na área de livre comércio, aumentar as oportunidades de investimentos nos territórios das Partes, e estabelecer um marco para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral para expandir e ampliar os benefícios do acordo.²³

O dia 02/08/2010 foi marcado pela aprovação do cronograma para a eliminação da dupla cobrança da TEC, onde ficou definido que até 2012 se iniciaria um processo gradativo de eliminação tarifária até o seu desaparecimento pleno, em 2019, como consta na Dec. N° 10/10 do CMC²⁴.

A Decisão N° 27/10 do CMC define a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL que ocorreu no dia 02/08/2010. O Artigo 1° declara que o Código seria aplicado a totalidade do território dos Estados Partes e regularia o comércio

²³ Disponível em: www.spchamber.com.br/arquivos/norma-de-origem-mercosul-israel.pdf . Acesso em: 01 nov. 2015

²⁴ Disponível em: www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC1010_p.pdf . Acesso em: 01 nov. 2015.

internacional dos Estados do MERCOSUL com terceiros países ou outros blocos de países. Assim como é considerado que, com a eliminação da cobrança dupla da TEC, para a circulação de mercadorias importadas de terceiros países é necessário que os Estados Partes aprovem o Código Aduaneiro do MERCOSUL, como consta na Decisão.

O Acordo sobre Defesa da Concorrência do MERCOSUL, aprovado no dia 16/12/2010, tem como objetivo a defesa da livre concorrência intra-MERCOSUL. De acordo com a Dec. N° 43/10 do CMC (2010, p.01) o Conselho tem as seguintes considerações:

Que a livre circulação de bens e serviços entre os Estados Partes requer um instrumento comum que preserve e promova a livre concorrência no âmbito do MERCOSUL. Que a cooperação entre os Estados Partes em matéria de concorrência contribui para o cumprimento dos objetivos de livre comércio estabelecidos no Tratado de Assunção. Que é importante institucionalizar e aprofundar os mecanismos de consultas e intercâmbio de informações já empregados pelas autoridades de concorrência dos Estados Partes

Isso demonstra a necessidade de se manter um ambiente de livre concorrência para a livre circulação de bens e serviços no MERCOSUL, a fim de manter essa união aduaneira.

Em 16/12/10, foi aprovado a Criação da placa veicular do MERCOSUL. Segundo informações disponíveis no site brasileiro²⁵ do bloco, essa medida foi tomada, pois “facilita a circulação de pessoas e o controle dos veículos que transitam no bloco”. Torna-se obrigatório o modelo para veículos novos a partir de 2016.

O MERCOSUL vai além de um bloco comercial, trata-se de um grupo que visa o desenvolvimento social dos países integrantes. Pode-se contatar isso com a Aprovação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) em 16/12/2010. Esse plano tem como objetivo promover políticas sociais comum para todos os Estados Partes. O plano “reúne políticas sociais comuns que visam a erradicar a miséria, a fome, a pobreza e o analfabetismo, além de universalizar os serviços de saúde pública, no âmbito do MERCOSUL, entre outros fins”, de acordo com a página brasileira do MERCOSUL²⁶. O Plano foi implementado no dia 06/12/2012.

²⁵ Disponível em: www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/estatuto-da-cidadania. Acesso em: 01 nov. de 2015.

²⁶ Disponível em: www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercosul. Acesso: 01 nov. 2015.

No mesmo dia foi instituída a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), o Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e adotado o programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL. Os dois primeiros apresentam um caráter social. A Dec. N°65/10²⁷ da CMC considera que o MERCOSUL avançou muito no âmbito social nos últimos anos, mas que é necessário criar uma Unidade de Apoio, para coordenar com instâncias do bloco as políticas do programa “SOMOS MERCOSUL”. O Art. 4º define que a UPS teriam as seguintes funções:

a) atuar como um canal institucional de diálogo do MERCOSUL com a sociedade e com os movimentos sociais; b) apoiar a organização da Cúpula Social do MERCOSUL; c) financiar a participação social em eventos e atividades do MERCOSUL; e d) manter um cadastro de organizações e movimentos sociais dos Estados Partes.

Também ficou definido que a UPS teria a sua sede localizada em Montevideú, capital do Uruguai.

O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, provado pela Decisão CMC N° 64/10 tem como objeto a ampliação dos direitos e o aprofundamento da dimensão social. O Estatuto se integra a uma série de direitos básicos firmados nos Tratados Fundamentais do MERCOSUL. Esses objetivos definidos no Art. 2º da Dec. N° 64/10 são:

Implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região. Igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. Igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação.

O terceiro foi instituído com o Decreto N° 56/10, pela CMC, onde apresenta um cronograma para a sua consolidação definitiva. De acordo com o decreto, a consolidação requer:

[...] avançar simultaneamente na eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, no aperfeiçoamento da política comercial comum, no pleno estabelecimento do livre comércio intrazona e na promoção da concorrência em bases equitativas e equilibradas no interior do MERCOSUL, dentre outros objetivos.

Em 17/12/2010, foi criado o cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL, esse Representante seria uma personalidade política destacada de um dos Estados Partes e que possua experiência em temas de integração. Essa

²⁷ Disponível em: www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_065-2010_PT_UPS.pdf . Acesso em: 01 nov. 2015.

personalidade teria um mandato de três anos, que pode ser prorrogado pelo mesmo período uma única vez, por decisão do CMC, como consta na CMC Decisão N° 63/10 (CONSELHO MERCADO COMUM, 2010).

Em 20 de dezembro de 2011, durante encontro de Cúpula do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, foi assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina. Esse Acordo tem como objetivo ampliar as relações com os parceiros no Oriente Médio, de acordo com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior²⁸.

Assim como o Protocolo de Ushuaia²⁹ (1998), o Protocolo de Montevidéu (Ushuaia II) também promove o compromisso com a democracia, proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Os Estados Partes concordaram com a aplicação do Protocolo em caso de ruptura da ordem democrática, assim como consta no Artigo 1 do Protocolo³⁰, em casos de “violação da ordem constitucional ou de qualquer situação que ponha em risco o legítimo exercício do poder e a vigência dos valores e princípios democráticos”, ou seja, em casos de golpe.

Em 07/12/2012, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL. Em 17/12/2012, foi criado o I Fórum Empresarial do MERCOSUL. De acordo com o relatório do Fórum (2012), “o evento pretendeu estimular o envolvimento mais direto das comunidades empresariais dos países do bloco nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração” (GAMA, 2013). Ou seja, promoveu o encontro da comunidade empresarial a fim de promover iniciativas de comum acordo e o impulso a investimentos entre os países da região.

No ano de 2014, em 17 de dezembro foi assinado o Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano. De acordo com a Dec. N° 42/14³¹, os países declaram a necessidade de se

²⁸ Disponível em:

www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3381&refr=405. Acesso em: 02 nov. 2015.

²⁹ Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

³⁰ Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia_ii.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

³¹ Disponível em: http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_042-2014_p.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

avançar nas negociações com a República do Líbano e que é necessário definir os critérios para as negociações comerciais entre as partes.

A última ação promovida pelo bloco, no ano de 2014, foi a assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia, também no dia 17 de dezembro. Assim como na assinatura do acordo com o Líbano, as negociações com a Tunísia visam à expansão das relações comerciais do MERCOSUL com terceiros países, como consta na Decisão N° 43/14 do CMC³².

2.3 MERCOSUL: ALGUMAS CRITICAS

Durante os anos de existência do MERCOSUL, foram atribuídas diversas críticas ao seu funcionamento e questionado a sua competência em alcançar os objetivos propostos com a assinatura do Tratado de Assunção³³, em 1991. Uma das críticas se baseia na Aliança do Pacífico (AP), que segundo Ana María Suárez Romero³⁴ (2014, p.92) tem como objetivos:

Criar uma área de integração profunda para avançar progressivamente para a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas; Impulsionar ainda mais o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade das economias das partes, com vista a um maior bem-estar, a superação da desigualdade econômica e a inclusão social de seus habitantes; e Tornar-se uma plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial, e de projeção para o mundo, com especial ênfase na região Ásia-Pacífico.

Entretanto o que se verifica é que a Aliança é um bloco com enfoque maior (ou, quase total) nas relações comerciais como forma de resolver problemas sociais. De acordo com Alfredo Sánchez Muñoz (2012, p.715, tradução nossa)

Conceitualmente a opção proposta pela Aliança do Pacífico repousa em um modelo de regionalismo liberal onde se privilegia o âmbito econômico sobre o político e o social. Além disso, este cenário pressupõe o pragmatismo e a flexibilidade mais que o aprofundamento institucional da integração e da cooperação. O objetivo é garantir a autonomia das políticas comerciais

³² Disponível em: www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_043-2014_p.pdf. Acesso 02 nov. de 2015

³³ Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf. Acesso em 02 nov. de 2015.

³⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP – UNICAMP – PUC/SP). Economista pela Universidade dos Llanos da Colômbia, São Carlos, Brasil.

estatais para que cada país possa realizar acordos de livre comércio – em geral bilaterais -, especialmente com os países mais desenvolvidos ³⁵.

Ou seja, apesar da tentativa de um processo de integração, a Aliança possui uma postura liberal de interesse do mercado, onde o econômico se sobressai ao social. O MERCOSUL apresentou e durante as mais de duas décadas de existência buscou o desenvolvimento comercial, econômico e social em mesmo grau, um como complemento ao outro, a fim de se alcançar o desenvolvimento das nações envolvidas. Prova disso são as políticas desenvolvidas pela união, a exemplo do Fundo Para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Segundo informações disponíveis no site brasileiro do MERCOSUL, o Fundo tem como objetivo financiar projetos que promovam a convergência estrutural promova a competitividade e a coesão social, principalmente das economias menores e regiões menos desenvolvidas. De acordo com Ruy Pereira (2014, p.23):

Os U\$ 100 milhões que alimentam o Fundo, anualmente, dividem-se entre o Brasil 70%; a Argentina, com 27%; o Uruguai, com 2%; e o Paraguai com 1%. Já a distribuição dos financiamentos se faz ao inverso: Paraguai com 48%; Uruguai com 32%; Argentina, com 10%; e Brasil, com 10%.

A união vai além de um bloco comercial, mas nesse âmbito, avançou muito nos últimos anos. Segundo Pereira (2014, p.22) “[...] enquanto as trocas mundiais cresceram 13% no período de 2008-2012 (de 16,1 para 18,3 trilhões de dólares), a corrente do comércio intra MERCOSUL cresceu 20% no mesmo quinquênio, de 40 para 48 bilhões de dólares”. De acordo com Pereira (2014, p. 25), o grupo avançou também no cenário social com projetos como, os Acordos de Residência, que permite aos cidadãos dos Estados Partes residirem em outros Estados Partes e gozarem de direitos civis como um nacional, ou o Acordo de Seguridade Social que permite incluir no cálculo das suas aposentadorias em um país, o tempo que trabalhou em outro.

Analisando a cronologia³⁶ do MERCOSUL, com a assinatura de protocolos como o de Brasília, ou o Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias, que os

³⁵ Texto original: En lo conceptual la opción propuesta por la Alianza Pacífico descansa en un modelo de regionalismo liberal, donde se privilegia el ámbito económico sobre el político o el social. Además, este escenario presupone el pragmatismo y la flexibilidad más que la profundización institucional de la integración y de la cooperación. El objetivo es garantizar la autonomía de las políticas comerciales estatales, para que cada país pueda celebrar acuerdos de libre comercio —en general bilaterales—, sobre todo con los países más desarrollados

países envolvidos durante os anos mostraram interesse em aperfeiçoar e aprimorar o processo de integração, isso cria uma perspectiva de que durante os próximos anos esse processo de melhoria e solução de entraves continue acontecendo no MERCOSUL, a menos que seja barrado pelo interesse de governos neoliberais.

2.4 UNIÃO EUROPEIA

Após a segunda grande guerra, no continente europeu cresceu a ideia de uma união entre os países para a sua reconstrução, para conciliar os interesses e evitar novos conflitos.

Durante o período de reconstrução dos países europeus que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial (principalmente a Alemanha), foi firmado em Paris o tratado que firmava a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Esse tratado criou uma instituição transnacional para administrar a produção das principais matérias-primas da indústria bélica, dessa forma poderiam ser evitados novos conflitos entre os países. Essa instituição foi um marco para a integração dos países europeus.

Em 1957 o Tratado de Roma representou um avanço na integração dos países com a criação da Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que firmou uma união aduaneira entre os países e estabeleceu uma tarifa externa comum para eliminar as restrições comerciais entre eles.

De acordo com Naime (2005, p. 02):

As três organizações constituídas firmaram a base para o que viria a ser a União Européia. Entretanto, a CEE foi a que mais se aproximou do formato atual em função de seu caráter político. Havia uma inovação do desenho institucional que regia tais organizações, com a formação de órgãos supranacionais que pudessem reger as relações entre Estados membros de forma a garantir a estabilidade e gestão das divergências.

³⁶ Disponível em: www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercosul#CRONO. Acesso em: 14 nov. 2015.

Em 1969 com a definição de uma união econômica e monetária, ficou definido mais um passo no processo de integração.

As décadas de 1970 e 1980 foram estagnadas na Comunidade Europeia (CE – anteriormente chamada de CEE), devido à instabilidade política e econômica dos Estados Parte, pois Portugal, Espanha e Grécia passavam por um período de governos ditatoriais, que foram derrubados durante os anos de 1974 e 1975. A entrada desses três países apresentou mais um desafio para a Comunidade, o fluxo migratório para países com economias mais desenvolvidas, no período.

Em meados dos anos 1980 a CE viu a necessidade de uma reforma nas suas instituições, viu a necessidade de avançar no setor político. Em 1986, em Luxemburgo foi assinado o Ato Único Europeu que segundo Jéssica Naime (2005), apresentou a ideia de uma Cooperação Política Europeia, e levou às configurações atuais das instituições da Comunidade.

No ano de 1992 foi assinado o tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1º de novembro de 1993. De acordo com Muneratti (2014. p 30):

No plano econômico, o Tratado pretendia a unificação monetária e a criação do Banco Central Europeu. No plano institucional e político foi instituída a cidadania europeia e criada a estrutura de pilares, que permitiu a convivência de características supranacionais e intergovernamentais em um único sistema.

Ainda segundo o autor (2014), em 2003 foi apresentada a Constituição da União Europeia, que propõe um modelo de organização onde a União fosse mais acessível para os cidadãos. O que representava uma dificuldade na sua adoção era o receio dos Estados-membros em perder parte da sua soberania nacional com o advento da Constituição. Para Muneratti (2014. p 35-36):

A Constituição, para além da integração econômica, buscava mais competências políticas e um aprofundamento na democratização do sistema decisório, visando torná-lo mais eficaz, transparente, e sujeito a um efetivo controle político. [...] O Tratado Constitucional inovava, principalmente, ao expressamente afirmar que a União Europeia é estabelecida por uma Constituição inspirada na vontade dos cidadãos e dos Estados-membros, ressaltando a sua dupla legitimidade. No sentido de incentivar a participação popular e aproximar o cidadão do processo decisório da União, o Tratado baseava o funcionamento da União nos princípios da democracia representativa e participativa. A democracia representativa era concretizada através do Parlamento Europeu, que assumia plenos poderes legislativos e orçamentários, conjuntamente com o Conselho, e elegia o Presidente da Comissão. A democracia participativa era concretizada através da

possibilidade de iniciativa popular de propostas de regulamentação de matérias de interesse da população.

Atualmente a União Europeia possui diversas instituições que regulam e administram diversos setores, como o econômico, político e social. Os países possuem autonomia para a defesa do seu interesse nacional e para tomar medidas que sejam de caráter protecionista, porém, essas medidas são julgadas por órgãos da União, para se certificarem que não estão indo contra as políticas do bloco.

3 BRASIL E ARGENTINA

3.1 PROTECIONISMO E NACIONALISMO

O nacionalismo se refere ao sentimento de pertencer a um lugar, ou uma nação, é tomar para si as características sociais, econômicas e culturais da sua nação. O protecionismo em conjunto com o nacionalismo significa a defesa do interesse nacional e afirmar que a sua nação não é inferior às outras, porém de acordo com Batista Junior (2007), em momentos da história esse sentimento sofreu uma perversão e se transformou em xenofobia. Ainda segundo o autor, o nacionalismo sofre modificações não só com o tempo, mas de uma região para a outra, sendo que em grandes potências econômicas, esse sentimento se transforma em Imperialismo.

De fato, o nacionalismo é uma construção histórica. Na América Latina em especial, esse sentimento foi dificultado por conta do período colonial que gerou uma série de especificidade. Segundo Carlos Lessa (2008, p.02):

A América Latina dará origem a uma fragmentação com formas políticas quase todas precárias. Os conflitos locais, potencializados pelas fragilidades institucionais herdadas de Espanha, não estabeleceram condições para a pronta constituição dos Estados Nacionais hispano-americanos. Em alguns casos, houve desorganização e longas disputas intercaudilhos. Foi demorada e marcada por retrocessos a formação do arcabouço dos Estados; diversas disputas fronteiriças se desdobraram em guerras entre essas nações em formação. O Novo Mundo fornece ao observador uma variedade de nacionalismos e especificidades nacionais cuja trajetória repele generalizações.

Perry Anderson em sua obra “Balanço do Neoliberalismo³⁷” de 1995, relata que a partir de 1973 com a crise do modelo econômico do pós-guerra o neoliberalismo ganhou força, pois o mundo capitalista caiu em uma grande recessão. A ideia de que um Estado intervencionista, nacionalista e protecionista era prejudicial à economia, cresceu. Pensamento bem diferente do destacado por Alexander Hamilton em 1792, na sua obra “Relatório Sobre Manufaturas”. O primeiro Ministro do Tesouro dos Estados Unidos da América apresentou as ideias para o desenvolvimento capitalista americano. O ministro propôs uma industrialização

³⁷ In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)

baseada em subsídios e até mesmo no controle de tarifas alfandegárias, não para desencorajar as importações, mas para impulsionar a indústria nacional. No século seguinte, esse modelo de desenvolvimento inspirou Georg Friedrich List, um economista alemão que em 1841, defendeu o protecionismo e a unificação do Império Germânico. O economista acreditava que não era possível que a indústria Prussiana se desenvolvesse, caso o mercado fosse dominado por empresas estrangeiras, pois a indústria Inglesa dominava o mercado no período. Foi por meio desses ideais que a Alemanha com intervencionismo do Estado conseguiu desenvolver sua indústria, que levou ao seu desenvolvimento econômico. Mesmo com quase um século de diferença, tanto Hamilton, quanto List, em economias com realidades diferentes perceberam que o desenvolvimento das indústrias das suas nações naquele período, só seria possível com a presença do Estado, por meio de subsídios e políticas que possibilitassem o desenvolvimento das bases industriais.

De 1792, quando os EUA iniciaram o seu processo de desenvolvimento com base em investimentos do Estado, passando por 1841, com a unificação do Império Germânico e com o desenvolvimento da indústria Alemã por meio do protecionismo, até 1973, com a crise das economias, essas duas nações apresentaram um grande crescimento industrial, porém, via-se a necessidade de expandir as suas indústrias para além das suas fronteiras.

O crescimento do neoliberalismo em 1973 foi possibilitado por se tratar do interesse das economias que dominavam no período, essa “onda” que se espalhou pelo globo foi possível porque era favorável às economias mais desenvolvidas. O protecionismo não era mais interessante, pois as Indústrias de países como o EUA já estavam desenvolvidas, o que era necessário era a sua expansão para mercados estrangeiros. As economias da América Latina ainda eram frágeis, e a indústria nacional ainda não estava solidificada, isso era uma oportunidade para as grandes empresas Americanas, por exemplo. Infelizmente, o que se viu nos anos seguintes foi a expansão do pensamento liberal, cada vez menos nacionalista em regiões onde a presença do Estado ainda era necessária. O imperialismo das economias mais desenvolvidas implantou a “cultura”, ou o pensamento de que a presença do Estado era algo prejudicial, mesmo sabendo que o seu desenvolvimento só foi possível, graças a ela. O Interesse Nacional foi substituído por um “interesse individual”, a possibilidade de apoiar o capitalista, a menor parcela da população detentora do capital e o sonho de uma burguesia em ascensão de viverem como a burguesia

européia foi a combinação perfeita para que o liberalismo se concretizasse nas “economias periféricas” do período, mesmo que isso custasse o desamparo à parcela que vivia em meio a miséria e sem apoio do governo.

O MERCOSUL surgiu como uma forma de integração dos países sul-americanos, com a proposta do aumento das trocas comerciais entre os países com a redução de tarifas alfandegárias. Entretanto, a medida que crescia a abertura comercial percebia-se que em determinados setores ocorria uma desestabilização da indústria, ou que, existia o risco dessa desestabilização. Foi a partir desse fato que cresceu a preocupação com medidas protecionistas, mesmo que contrárias às propostas do bloco. Historicamente, sempre existiu uma rivalidade entre Brasil e Argentina, a medida que cresceu as exportações brasileiras de alguns setores para a Argentina, surgiu o interesse desse, em promover medidas protecionistas. De acordo com notícia veiculada pelo site do Estadão³⁸ (CARMO, 2008), o país iniciou uma operação para breçar as importações brasileiras, promovidas pela queda do real, no período de 2008. Ainda de acordo com a notícia:

Um dos principais pontos de destaque é a decisão de incluir 120 produtos importados majoritariamente do Brasil em uma lista de mais de 21 mil mercadorias que passarão a ter maior controle para entrar no país. A lista de 120 itens reúne 50 produtos do setor têxtil, 20 da linha branca (geladeiras, fogões e lavadoras de roupas) e outros 50 itens do setor metalúrgico, que, de acordo com a imprensa argentina, são importados principalmente do Brasil.

Esse exemplo mostra que existe um conflito entre interesse nacional e interesse coletivo, mesmo entre países que são membros de uma união aduaneira, como é o caso do Brasil e Argentina. Esse conflito existe em momentos em que o interesse coletivo passa a ser considerado um problema para a economia de uma nação, então nesses momentos é que são adotadas as medidas protecionistas. Já em momentos em que a economia passa por períodos de instabilidade, ou recessão, o processo de integração como um todo é prejudicado, como pode ser visto no tópico seguinte.

3.2 INTERESSE NACIONAL E COLETIVO NO ÂMBITO DO MERCOSUL

³⁸ Mais informações disponíveis em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,argentina-abre-guerra-comercial-com-o-brasil-diz-jornal,261730>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Desde a sua criação em 1991, o MERCOSUL passou por períodos, com a presença do neoliberalismo e o social desenvolvimentismo. Essas posturas políticas e econômicas dão diretrizes que influenciam no rumo que um bloco econômico pode tomar.

O neoliberalismo propõe um estado com menos intervenção na economia, algo voltado para a estabilização da economia com o poder do mercado em se ajustar ao longo do tempo, como já destacado anteriormente, esse pensamento econômico ganhou força após a crise das grandes economias em 1973. De acordo com Anderson (1995), essa foi uma reação teórica e política contrária a um estado intervencionista e de bem-estar. O social desenvolvimentismo propõe um crescimento pautado no investimento social, não apenas na força do mercado, acredita-se que as políticas sociais são capazes de dar base para o crescimento econômico e dar melhores condições de vida para a população que não teriam acesso a bens e serviços que seriam ofertados apenas pelo mercado, ele teve uma presença muito mais forte no Brasil, a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Bastos (2012, p. 794):

Embora o termo “social-desenvolvimentista” aponte para a relevância da distribuição da renda, das políticas sociais e redução da pobreza para a ampliação do mercado de consumo de massas durante os governos petistas, é significativo que ele tenha sido proposto apenas em meados do segundo governo de Lula e pouco mais de dois anos depois da desaceleração de 2004-5, ainda que seus temas fossem apresentados no programa de governo de Lula na campanha presidencial de 2002.

No período de 1991 a 2002 tanto Brasil, quanto a Argentina, passavam por governos de direita, ainda com o pensamento neoliberal. No Brasil com os governos de Fernando Collor (até 1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O primeiro marcado pelo seu afastamento, pelo confisco e congelamento da poupança, além de levar a economia a crescente inflação, o último apresentou o Plano Real que possibilitou uma estabilização da moeda, porém foi responsável pela abertura comercial e a privatização de grandes empresas estatais. Na Argentina o governo esteve nas mãos de Carlos Saúl Menem (1991-1999), Fernando de la Rúa (2000-2001) e Eduardo Alberto Duhalde (2002). Menem por meio de articulações, inclusive com grupos contraditórios chegou à presidência da Argentina, com a promessa do “salariazó” prometia recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores argentinos, como cita Vianini (2012). Ainda segundo o autor (2012, p.

25), Menem por meio de um “pacto” com os membros do governo, conseguiu a aprovação das seguintes leis:

A Lei de Emergência Econômica suspendia todo tipo de subsídios, privilégios e regimes de incentivo, autorizando inclusive a demissão de empregados das estatais. A segunda lei, a Lei de Reforma do Estado declarou a necessidade de privatizar uma longa lista de empresas estatais, cabendo ao presidente a execução. A aprovação desta última lei criou mecanismos e dispositivos para que as privatizações de empresas e negócios estatais fossem efetuadas totalmente ou parcialmente.

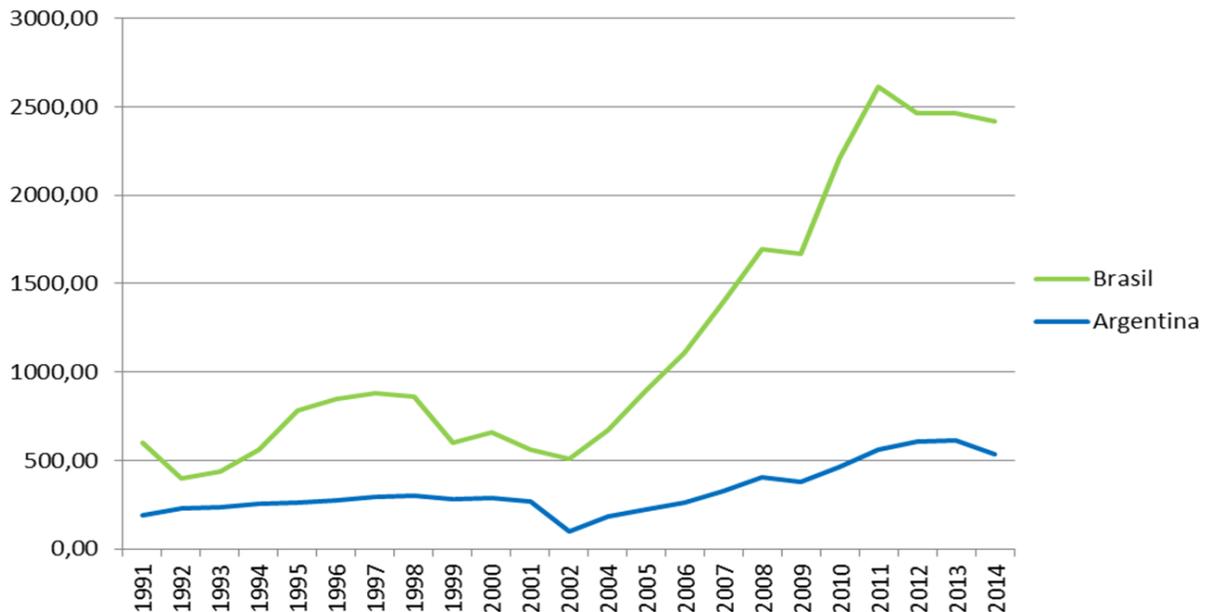
Com a aprovação dessas leis, o presidente tinha o poder para autorizar a privatização das empresas estatais. Junto ao processo de privatização, ficava clara a corrupção envolvida no governo. Durante esse período a Argentina se aproximou dos EUA por meio da utilização de políticas externas, ou seja, no período em que os países sul-americanos buscavam a integração por meio do MERCOSUL, a Argentina preocupava-se mais em aumentar a relação e defender os interesses norte-americanos, sendo inclusive um entrave para o estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC) em 1993, uma vez que a Argentina estabelecia relações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e principalmente com os EUA, com o argumento que essas relações seriam favoráveis à economia do seu país. Na tentativa de reestruturar a economia e diminuir a inflação Menem promoveu os Planos BB que foi um fracasso e levou a Argentina a uma hiperinflação e o Plano Bonex, em 1989. O Plano BB consistia em corte na oferta monetária, desvalorização cambial, aumento dos impostos sobre as exportações, compressão dos salários, suspensão dos subsídios e incentivos fiscais por seis meses. O Plano Bonex promovia a elevação das taxas de juros acima da inflação e a reestruturação compulsória da dívida, como cita Vianini (2012). O segundo plano também fracassou e levou o país a uma grande recessão. Fernando de la Rúa, que sucedeu Meném, ficou no governo por dois anos e foi obrigado a renunciar após vários escândalos de corrupção, incluindo o caso de pagamento de subornos para senadores aprovarem reformas trabalhistas propostas pelo FMI, como condição de manter o apoio financeiro ao governo³⁹, de acordo com notícia veiculada pelo site do G1 (2012).

³⁹ Disponível em: g1.globo.com/mundo/noticia/2012/08/comeca-julgamento-do-ex-presidente-argentino-fernando-de-la-rua-por-corrupcao.html. Acesso em: 01 de maio de 2016.

Nesses onze anos de MERCOSUL, com governos neoliberais no Brasil e Argentina pouco se avançou em políticas, o destaque ficou com o estabelecimento da Tarifa Externa Comum, que passou por muitos entraves até se concretizar.

Com o fracasso e desgaste da direita na Argentina e Brasil, os candidatos, Néstor Kirchner na Argentina, e o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, assumiram a presidência de seus respectivos países, com a promessa de ampliar as políticas sociais e retomar o crescimento econômico. Na Argentina, Kirchner impulsionou as exportações, assim como o presidente Lula no Brasil, que ampliou as políticas sociais. No Brasil, o presidente Lula durante o seu primeiro governo teve questionada a sua posição como um governo de esquerda, porém, o que é inquestionável é o fato de que o seu governo buscou melhores condições para as populações mais pobres, o acesso à educação, saúde e renda, para as famílias desamparadas por governos neoliberais anteriores. Em 2007 Cristina F. de Kirchner assumiu a presidência e deu continuidade a políticas sociais com a redução da pobreza e o crescimento do PIB. Fato que ocorreu também no Brasil em 2011, com a primeira mulher eleita presidente no Brasil, Dilma Rousseff. O seu governo foi marcado por grandes avanços sociais, políticas de diminuição da desigualdade social, distribuição de renda, acesso ao ensino superior, diminuição do déficit habitacional, com programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, e investimento em infraestrutura com o “Programa de Aceleração do Crescimento”.

Gráfico 1 - PIB a Preço de Mercado em Valor Nominal (US\$ em bilhões) – (1991-2014)



Fonte: World Development Indicators – The World Bank (1991-2014).

Como se pode observar no gráfico acima, na trajetória de 20 anos de MERCOSUL, os 10 primeiros, marcados por governos neoliberais representou uma grande instabilidade política e econômica para ambos os países, porém, é possível observar que nos 10 anos seguintes, com governos de esquerda, ocorreu a retomada do crescimento econômico. Nesse período também se avançou muito no processo de integração do MERCOSUL, diferente do período anterior, diversas políticas foram criadas, como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Instituto Social do MERCOSUL, ou a criação do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur).

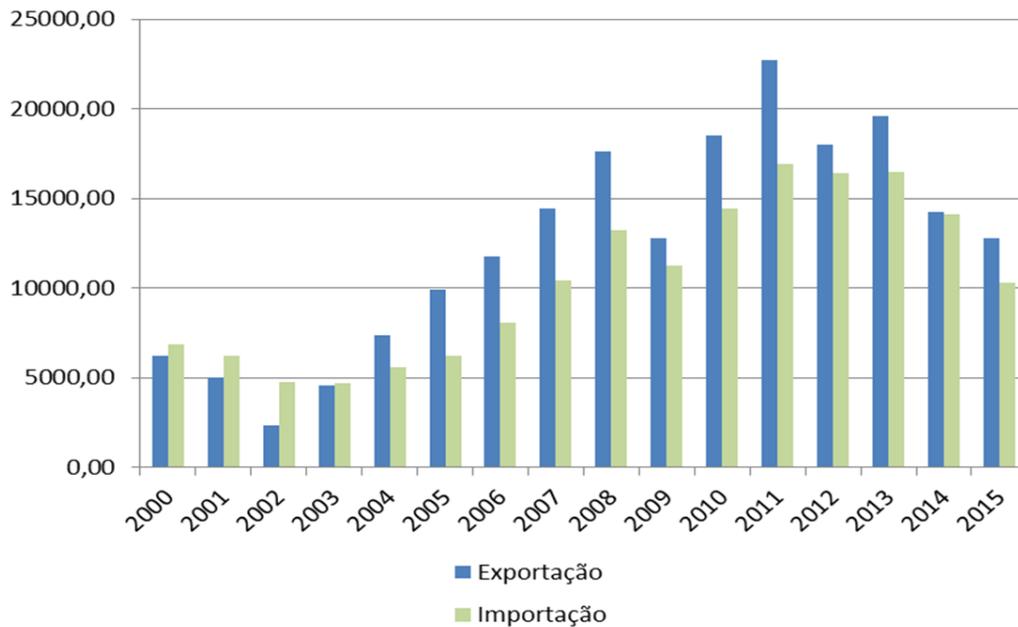
Gráfico 2 - PIB per capita (US\$ atualizados) – (1990-2014)



Fonte: Banco Mundial - Public Data (1990-2010). Dados atualizados em: 02 jun. 2016.

O gráfico acima apresenta o desenvolvimento do PIB per capita argentino, brasileiro em relação ao mundial. Nos primeiros vinte anos de MERCOSUL percebe-se que a média mundial durante todo o período teve um crescimento constante, mudando a tendência apenas no período de 2008, por conta da grande crise econômica. Essa tendência constante não é vista no Brasil e Argentina. Ambos passaram por períodos de instabilidade, Argentina com uma alta até o ano de 1998, final do governo de Carlos Menem, quando ocorreu uma grande queda. Instabilidade também ocorreu no Brasil, onde se pode observar alguns momentos de alta no PIB per capita, seguido por períodos de queda. A partir do ano de 2002 observa-se a retomada na tendência de alta, que seguiu pelos próximos anos até o ano de 2008. O que se observa é que no pós-crise econômica mundial, o crescimento do PIB per capita argentino e brasileiro cresceram a taxas maiores que o mundial, sendo que o Brasil o supera em 2009.

Gráfico 3 - Intercâmbio Comercial Brasil e Argentina (US\$ FOB em milhões) – 2000-2015



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2000-2015). Elaborado pelo autor.

O gráfico acima apresenta o intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina no período de 2000 a 2015. Percebe-se que até o ano de 2002 o Brasil apresentava um déficit na relação das importações e exportações com a Argentina e no ano de 2003 a relação ficou quase igualitária. A partir do ano de 2004, as relações com o país vizinho se intensificaram e possibilitaram um aumento das suas exportações até o ano de 2015, que mesmo com uma queda no total das exportações e importações, manteve o superávit comercial.

O próximo gráfico apresenta essa relação por unidade de US\$, ou seja, quantos o Brasil exportou por US\$ 1,00 importado.

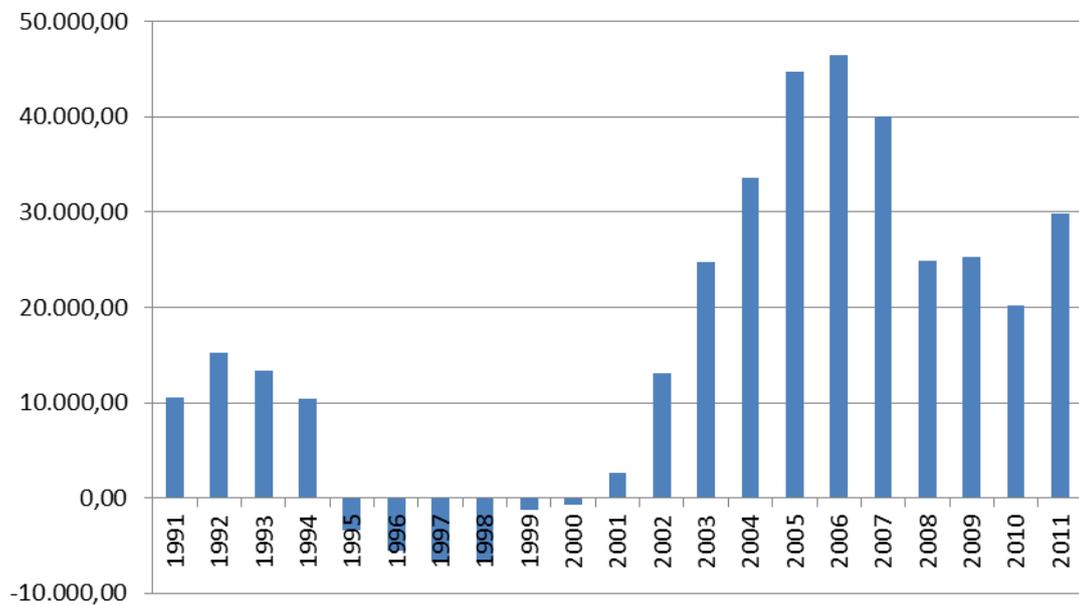
Gráfico 4 - Relação entre Exportação e Importação por US\$ (FOB) – (2000-2015)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2000-2015). Elaborado pelo autor.

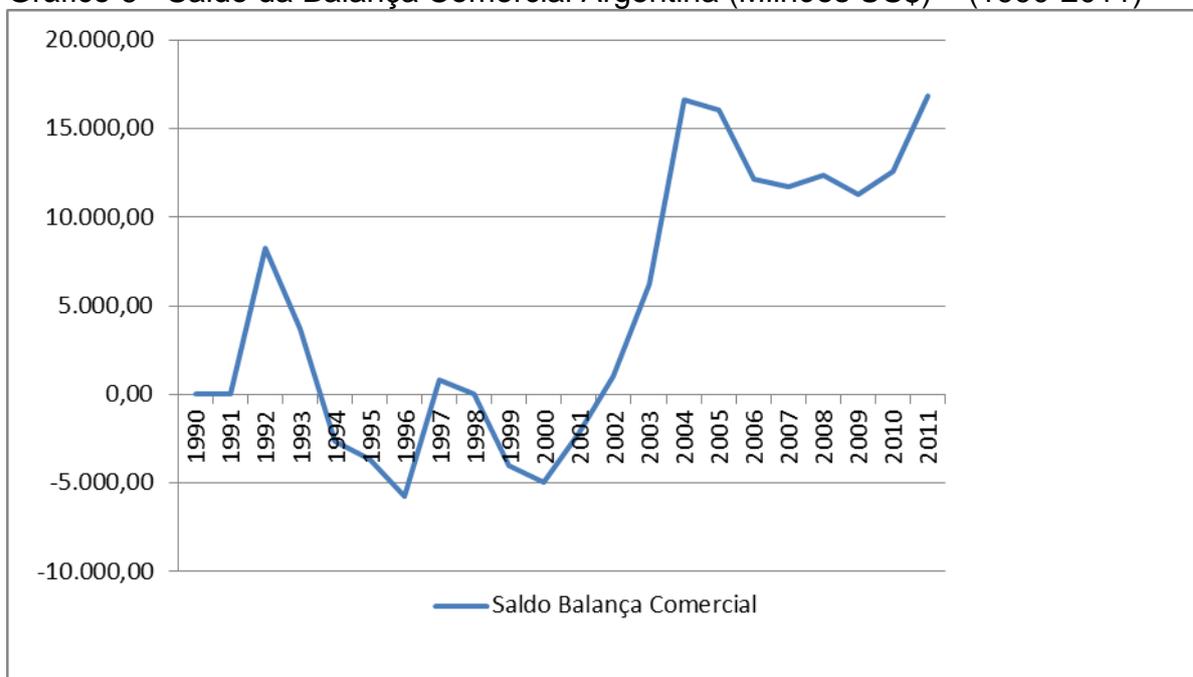
Pode-se verificar que de 2002, ano em que o Brasil teve o maior déficit cambial com a Argentina, e 2005, triplicou os ganhos brasileiros a cada US\$1,00 importado.

Gráfico 5 - Saldo da Balança Comercial Brasileira (FOB) - US\$ (Milhões) - (1991-2011)



Fonte: Ipeadata. (1991-2011). Elaborado pelo autor.

Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial Argentina (Milhões US\$) – (1990-2011)



Fonte: Ministério de Relaciones Exteriores y Culto dela Republica Argentina (1990-2011). Elaborado pelo autor.

Com os gráficos 5 e 6 é possível chegar a conclusão de que na Argentina a partir de 1992 iniciou-se um processo de aumento das importações em relação às exportações, enquanto no Brasil com a abertura comercial em 1994, a balança comercial já apresentou um grande déficit. Levando em consideração que para governos neoliberais o livre mercado é algo positivo, podia-se pensar que esse processo fosse algo positivo para a economia de ambos os países. Porém o que se viu naquele momento foi um período de grande instabilidade econômica. O PIB apresentava oscilações, com momentos de alta, mas a realidade política e econômica não favorecia o processo de integração dentro de uma união aduaneira. O que se pode perceber, é uma grande tentativa de ambos os países de impulsionarem as suas economias por meio da eliminação de barreiras às importações e a entrada de empresas estrangeiras, porém, como já citado anteriormente, essas tentativas foram fracassadas e levaram a uma grande desestabilização da economia, como pode-se verificar ao analisar o gráfico 1 e a trajetória do PIB nos primeiros dez anos de MERCOSUL. Essa busca pela defesa do interesse nacional, de governos neoliberais, impossibilitou que ocorressem grandes avanços na integração dos países membros do MERCOSUL, pois, esses governos tinham como argumento a promoção de políticas que fossem positivas para a economia de seus países, antes do desenvolvimento de políticas dentro do MERCOSUL, o que em nenhum momento significa que estejam errados.

O que se pode ver, é que existe um conflito entre interesse nacional e interesse coletivo com base nos períodos de instabilidade e de maior estabilidade econômica e política. Pode-se verificar isso, ao relacionarmos os períodos de 1991 a 2002 com as políticas desenvolvidas no MERCOSUL, considerando que foi um período de muita instabilidade para ambos os países, Brasil e Argentina, e o período de 2003 a 2014, em que houve uma maior estabilidade política e a recuperação econômica. Ou seja, em períodos em que há a defesa do interesse nacional, durante governos neoliberais, pouco se avançou em relação ao interesse no desenvolvimento de políticas no MERCOSUL, enquanto em períodos de maior estabilidade política e econômica, com governos sociais desenvolvimentistas, ficou evidente a tentativa de desenvolver a união entre os países.

4 CONCLUSÃO

A forma como cada país se posiciona no seu cenário econômico e político interno tem reflexos em blocos econômicos, ou em uma união aduaneira, como o MERCOSUL. A busca por maior interação e desenvolvimento de todos os Estados Parte, contrasta com momentos em que o interesse nacional é mais importante.

Mesmo em uma união aduaneira, em momentos de instabilidade, os países buscam mecanismos para a proteção da sua economia, isso mostra que o interesse nacional é mais importante que o interesse externo, afinal, um dos papéis dos governos é a defesa da soberania nacional.

Verificou-se com o presente trabalho que durante os dez primeiros anos de MERCOSUL pouco se avançou no processo de integração e solução de divergências entre os Estados Partes. Mesmo para o estabelecimento da Tarifa Externa Comum, que era uma das propostas básicas para a criação do bloco, houve um grande conflito, afinal a Argentina passava por um grande período de instabilidade e acreditava que a sua economia poderia ser prejudicada com o estabelecimento desta tarifa. Como se pode perceber, o interesse nacional é colocado em primeiro lugar e o interesse coletivo só é viabilizado quando este não caracteriza uma ameaça à soberania nacional, ou, a economia da nação. O período de 2003 a 2014 foi caracterizado pela retomada do crescimento econômico e da estabilidade política, isso possibilitou a busca pelo interesse comum e o desenvolvimento do processo de integração no MERCOSUL.

Por fim, verificou-se que o Interesse Nacional não está necessariamente ligado ao protecionismo ou nacionalismo. Governos Neoliberais com abertura comercial estão defendendo o interesse da sua nação, porém, o interesse não é necessariamente a concretização de uma indústria nacional sólida, de uma economia com bases nacionais, na visão desses governos. Pode-se perceber com esse estudo que, governos neoliberais defendem o interesse nacional, tanto quanto governos de esquerda, o que os diferencia, é a forma como se dá essa defesa..

Foi possível desenvolver uma análise entre Interesse Nacional e Interesse Comum, por meio da descrição das políticas desenvolvidas no MERCOSUL, pois, ficou evidente que em determinados momentos houve um maior interesse no processo de integração, que em outros. A análise desses períodos de maior ou

menor interesse na integração do MERCOSUL foi possibilitada pela apresentação de alguns conceitos, como o Protecionismo e o Nacionalismo, além do estudo dos governos Neoliberais e Social Desenvolvimentistas. Por fim, os dados como a Balança Comercial brasileira e argentina mostraram que nos períodos de maior instabilidade, além da diminuição das políticas comum ao MERCOSUL, a abertura comercial promovida por governos neoliberais, levou a um grande déficit em suas balanças.

É importante novos estudos que apresentem como as políticas do MERCOSUL impactaram nas economias dos membros, é necessário analisar de que modo o MERCOSUL com suas políticas, contribuiu para o desenvolvimento social, além do comercial. Essa união aduaneira, que por muitas vezes é menosprezada, tem um grande potencial e representa uma verdadeira união dos países sul-americanos, que mesmo com as suas especificidades, podem juntos promover políticas que sejam positivas para ambos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Econ. soc.**, Campinas , v. 21, n. spe, p. 779-810, dez. 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 de abril de 2016.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 77, p.29-35, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a02n77.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BAUMANN, Renato. **MERCOSUL**: origens, logros, desencontros e perspectivas. **Revista Cepal**, Santiago, p. 01-35, maio 2008.

BRASIL. **Agenda Internacional 2010**, de março de 2010. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/comercio-exterior/arquivos/Consolidado.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. (Comp.). **Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços: VI Rodada de Negociações**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/sgt4/ftp/list_brasil_r6.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local - SML**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/sml/4-perguntas_frequentes.asp#Resposta_01>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Fundo de Promoção do Turismo do MERCOSUL**. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/fundo-de-promocao-de-turismo-do-mercosul-adoptada-durante-a-xxxvii-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-dec-no-24-09/>> Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile**, de março de 2002. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-na-republica-da-bolivia-e-na-republica-do-chile/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASÍLIA. Rubens Gama. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **I Fórum Empresarial do MERCOSUL**. 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1033-I_Forum_Empresarial_do_MERCOSUL.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

CARMO, M. **Argentina abre guerra comercial com Brasil, diz jornal**. 2008. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,argentina-abre-guerra-comercial-com-o-brasil-diz-jornal,261730> . Acesso em: 15 jun. 2016.

G1- PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Argentina julga ex-presidente Fernando de la Rúa por corrupção**.2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/08/comeca-julgamento-do-ex-presidente-argentino-fernando-de-la-rua-por-corrupcao.html>> . Acesso em: 01 maio. 2016.

GOMES, E. B. Protocolo de Olivos: alterações no sistema de soluções de controvérsias do Mercosul e perspectivas. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 42, p. 78-88, 2003. Disponível em: http://www.unibrasil.com.br/revista_on_line/artigo%2006.pdf. Acesso: 27 out. 2015.

HAMILTON, Alexander. Report on the manufactures, Biblioteca do Congresso dos EUA, 1791.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, abr. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2016.

LIST, Georg Friedrich; HODGSKIN, Thomas. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 338 p. (Os economistas)

MERCOSUL. **Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL**, de 28 de abril de 2005. Disponível em:
http://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2005/P2_K_COMIS_PARLAM_CONJ_MERCOSUL.pdf . Acesso em: 17 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 01/1991. **Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias**. Brasília, 1991. Disponível em:
<<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Mercosulprotocolobrasilia.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 10/10. **Eliminação da Dupla Cobrança da Tec e Distribuição da Renda Aduaneira**. San Juan, 02 ago. 2010. Disponível em:
<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC1010_p.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 17/12. Mendoza, 29 de janeiro de 2012. **Estrutura do Fundo Mercosul de Garantias Para Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em:
<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_017_2012_p.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 24/09. **Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul**. Montevideu, 2009 . Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1139401.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 42/14. **Subscrição do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica Entre O Mercosul e A República do Líbano**. Paraná, 2014. Disponível em:
<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_042-2014_p.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 43/10. **Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em:
<[http://www.cade.gov.br/upload/DEC_43-10_PT_Revisao Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul.pdf](http://www.cade.gov.br/upload/DEC_43-10_PT_Revisao%20Protocolo%20de%20Defesa%20da%20Concorr%C3%ancia%20do%20Mercosul.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 43/14. **Subscrição do Acordo Quadro de Comércio e Cooperação Econômica Entre O Mercosul e A República Tunísia**. Paraná, 2014. Disponível em:
<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC_043-2014_p.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 45/08. Salvador, BA, 15 de janeiro de 2012. **Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul**. Disponível em:

<http://www.reafmercosul.org/index.php/acerca-de/biblioteca/marco-legal/item/download/45_64d14a0d62ffaac662f689da7fa51e87>. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 56/10. **Programa de Consolidação da União Aduaneira**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <<http://www.confea.org.br/media/mercosul-cmc-dec-nb0-56-10.pdf> 01/11/2015 21:31>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 63/10. **Alto Representante-geral do Mercosul**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/decisao-cmc-no-63-10-alto-representante-geral-do-mercosul/>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 64/10. **Estatuto da Cidadania do Mercosul Plano de Ação**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_064-2010_PT_Estatuto_da_Cidadania.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 65/10. **Unidade de Apoio À Participação Social**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_065-2010_PT_UPS.pdf 01/11/2015 21:07>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Decreto nº 03/07. Ouro Preto, MG, 18 de janeiro de 2007. **Instituto Social do Mercosul**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0307p.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. Conselho Mercado Comum. Decisão nº 11/03. Montevideu, 06 de janeiro de 2003. **Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_011_003_Com Repres Permanentes do Mercosul_At01_03 Ext.PDF>. Acesso em: 27 out. 2015.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução nº 26/09. **Mecanismo de Administração e Distribuição de Quotas Outorgadas Pelo Israel Ao Mercosul**. Assunção, 22 jul. 2009. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res2609_p.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS UMANOS. **Funções**. Disponível em: <<http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/funciones-pt/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. Ministério das Relações Exteriores. Decisão nº 9. **Comissão de Comércio do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3891>>. Acesso em: 27 out. 2015.

MERCOSUL. **Norma de Origem MERCOSUL -Israel**, de 23 de dezembro de 2009. Acordo de Livre comércio MERCOSUL – Israel. Disponível em: <http://www.spchamber.com.br/arquivos/norma-de-origem-mercosul-israel.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL**, de 08 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/sgt4/Ftp/CD%20Fluxograma/Tratados%20e%20Protocolos/Protocolo%20do%20Parlamento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL**, do dia 24 de maio de 2006. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1377717219.pdf. Acesso em: 30 out. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL**, de 20 de dezembro de 2011. Ushuaia II. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia_ii.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**, de 17 de dezembro de 1994. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do MERCOSUL. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Mercosulprotocoloouropreto.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile**, de 24 de julho de 1998. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia**, de 24 de julho de 1998. Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile. Disponível em: <http://www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/mercosur/Acuerdos/1998/portugues/31protocolod eushuaia.pdf>. Acesso em : 27 out. 2015.

MERCOSUL. **XLVIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados**, do dia 17 de julho de 2015. Disponível em:

http://www.itamaraty.gov.br/images/documents/Documentos/Fact_Sheet_Mercosul_Portugues.pdf. Acesso em: 31 out. 2015.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**, de 26 de março de 1991. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf. Acesso em: 16 nov.2015.

MERCOSUL. **Estatuto da Cidadania**. 2010. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/estatuto-da-cidadania>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MERCOSUL. **Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL**. 2012. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercosul>>. Acesso em: 01 nov. 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA – CEI. Centro de Economía Internacional. Disponível em: <http://www.cei.gob.ar>. Acesso em 12 de maio de 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Informações e Histórico**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Protocolo de Ouro Preto**: Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198146244.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias**. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198146219.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016

MUNERATTI, Rafael Ramia. **A Democracia na União Européia: O Parlamento Europeu e a Redução do Déficit Democrático..** 2014. 149 f. Tese (Mestrado) - Programa de Mestrado em Direito e Relações Internacional, Centro Universitário de

Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:
<<https://www.uniceub.br/media/415163/ebookademocracianauniaoeuropeia.pdf>>.
Acesso em: 22 abr. 2016.

MUNÓZ, Alfredo S. **El nuevo mapa político y económico de América Latina: Alianza Pacífico versus UNASUR**. Estudios Geográficos, vol 73, no 273, p 703-719, 2012. Disponível em:
<<http://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/viewFile/388/388>>. Acesso em: 02 nov. 2015

NAIME, Jessica. União Européia: Histórico. Puc Minas: Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, p.01-07, 17 jun. 2005. Disponível em:
<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050808100423.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

PEREIRA, Ruy. O valor do MERCOSUL. **Política Externa**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 22, p.21-29, jan. 2014. Disponível em:
<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXV%20CAD/Bibliografia/Rela%C3%A7%C3%B5es%20Econ%C3%B4micas%20e%20Comerciais%20Regionais/3%20-%20PEREIRA,%20Ruy%20-%20O%20Valor%20do%20Mercosul.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração da América Latina. In: I JORNADA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO NEIBA, 2014, Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio: Conjuntura Global, 2014. v. 3, p. 89 - 98. Disponível em:
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunkturaglobal/files/2015/01/A-Alian%C3%A7a-do-Pac%C3%ADfico-Soberania-nacional-e-estrat%C3%A9gia-de-integra%C3%A7%C3%A3o-na-Am%C3%A9rica.pdf>. Acesso: 23 nov. 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a República da Índia**. Disponível em:
<http://www.sice.oas.org/trade/MRCSRIndia/ACP_p.asp#Capítulo_I_>. Acesso em: 01 nov. 2015.

THE WORLD BANK – IBRD. Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Disponível em: < <http://data.worldbank.org>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

THE WORLD BANK – IBRD. Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Public Data. Disponível em: < https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nsem=h&met_y=ny_gdp_pcap_cd&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=region&idim=country:ARG&ifdim=region&tdim=true&tstart=645418800000&tend=1402801200000&hl=pt_BR&dl=pt_BR&ind=false>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. **A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA ARGENTINA: 1989 - 2007**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora,

2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Fernando-Marcus-Nascimento-Vianini.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.